



Artigo

Representações Sociais de Violência

Social Representations of Violence

Representaciones Sociales de Violencia

Representatións Sociales de Violence

Maria Adelina França¹

¹ Filiação institucional. Psicóloga graduada pela Universidade São Marcos e doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: francaadelina@gmail.com

Resumo Este artigo apresenta resultado de pesquisa sobre representações sociais de violência e tipos de violência vivenciados por diferentes segmentos sociais no distrito de Itaquera, no município de São Paulo. Utilizando grupos focais e embasado na teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. O estudo identificou diferenças importantes entre os grupos. Também foi investigado o grau de eficácia política de cada segmento; ou seja, como cada grupo intervém e reage às violências. O conceito de Segurança Humana, de Amartya Sen, é apresentado como recurso para minimizar as desigualdades e a violência em todas as suas formas.

Palavras-chaves: Violência, Tipos de Violência, Representações Sociais, Segurança Humana, Eficácia Política.

Abstract The article presents results of a research done on social representations of violence and types of violence produced by different social sectors in the district of Itaquera, in São Paulo City. The main objective of the study was to identify possible differences in the social representations of violence and types of violence emerging from different social segments. The study was based on the theory of Social Representations by Serge Moscovici and identified important differences among the groups. The concept of Human Security by Amartya Sen was used as an alternative to face the phenomenon of violence. Focus groups were to collect data.

Keywords: Violence, Forms of Violence, Social Representations, Human Security, Political Efficacy.

Resumen Este artículo presenta resultados de investigación sobre representaciones sociales de violencia y tipos de violencia vivenciados por diferentes segmentos sociales en el distrito de Itaquera, en São

Paulo. Utilizando grupos focales y basados en la teoría de las Representaciones Sociales de Serge Moscovici, el estudio identificó diferencias importantes entre los grupos. También se investigó el grado de eficacia política de cada segmento; es decir, cómo cada grupo interviene y reacciona a las violencias. El concepto de Seguridad Humana, de Amartya Sen, se presenta como un recurso para minimizar las desigualdades y la violencia en todas sus formas.

Palabras Clave: Violencia, Tipos de Violencia, Representaciones Sociales, Seguridad Humana, Eficiencia Política.

Resumé

Cet article présent une recherche sur Représentations Sociale de la violence et types de violence vécue par différents segments social dans les quartier Itaquera, aux São Paulo. En utilisant des group focalisé et en intégrant la théorie des Représentations Sociales par Serge Moscovici, on a trouvée des differences assez important dans les groupes. Il a également été étudié le degré de l'efficacité politique de chaque segment, c'est ta diré comme chaque groupe intervenant et regestant la violence. Le concept du Sécurité Humaine par Amartya et présenté commee une ressource pour minimiser les inégalités et la violence sous toutes ses formes.

Mot Clés: Violence, Types de Violencia, Representatións Sociales, Sécurité Humaine, Efficacité Politique.

Introdução

Este artigo é resultado de pesquisa de mestrado, que teve como objetivos identificar as representações sociais de violência e tipos de violência produzidos por quatro segmentos sociais distintos, assim como analisar as relações existentes entre os contextos socioculturais onde cada grupo está inserido. Outro ponto de análise foi apurar a capacidade dos grupos para intervir no fenômeno da violência, verificando o grau de eficácia política da população investigada, definida de acordo com Sandoval (1994: 68) como: “a capacidade de intervir em uma situação política, assim como sentimentos em relação à ação política específica”.

Para tanto, foram realizados quatro grupos focais reunindo pessoas que habitam e trabalham em Itaquera, bairro na zona leste de São Paulo, no ano de 2011. Os grupos consistiram em: (1) jovens; (2) empresários; (3) moradores de condomínio popular da Companhia Metropolitana de São Paulo (COHAB) e (4) ativistas sociais. A base teórica da pesquisa foi buscada na teoria das Representações Sociais, de acordo com Serge Moscovici, e também na conceituação de Segurança Humana desenvolvida por Amartya Sen.

Conhecer como cada segmento social representa um determinado fenômeno é conhecer as bases socioculturais desse agrupamento. As representações sociais são formadas a partir do compartilhamento de conteúdos intersubjetivos com a estrutura social, no entrelaçamento da história coletiva com a individual em um processo dinâmico, contínuo e nunca linear, que se faz traduzir no senso comum e ser moldado na realidade cotidiana. A intenção no estudo foi captar o que subjaz por trás de palavras e expressões que, contextualizadas e analisadas à luz dos aspectos sociais e culturais da comunidade e do País, revelar as necessidades, os desejos, valores, sentimentos, imagens concebidas e preconceitos de cada grupo pesquisado, deslindando assim as várias realidades existentes de um mesmo e único fenômeno que afeta a todos os grupos e indivíduos indistintamente.

São múltiplos os sentidos e manifestações da violência, e a valoração moral está implícita em todos eles. As sociedades têm formações políticas, sociais, econômicas e culturais próprias que se expressam em valores, ideologias e configurações particulares. E, como instrumento de dominação e subordinação, a violência se faz presente. Segundo Minayo (1994), configura-se sempre como um caminho possível em contraposição à tolerância, ao diálogo, ao reconhecimento e à civilização.

Representações Sociais e Segurança Humana

Uma representação social é composta pela forma com que imagens e linguagem advindas do exterior são organizadas e transformadas individualmente, na interação com objetos, atos e situações. As ideias são reproduzidas, mas também transformadas no contexto de valores,

modelos e regras, em um processo contínuo. Sendo assim, uma representação social tanto produz como determina um comportamento (MOSCOVICI, 1978: 45).

Como elemento constitutivo da sociedade, uma representação social é uma sinalização e ao mesmo tempo uma reprodução do que a sociedade valoriza, servindo como modelo de orientação e organização da realidade. Ao analisar as representações de violência dos grupos pesquisados percebemos, portanto, os aspectos e elementos valorizados por cada grupo, de acordo com suas crenças, opiniões e posições. Portanto, a representação social é uma forma de entendimento da realidade e orientação para a interação social das pessoas.

Segurança humana seria uma forma de materialização do conceito de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. O conceito apresenta-se como uma alternativa para o enfrentamento da violência por meio da promoção de relações mais igualitárias e dignas na organização das sociedades. O economista aponta possibilidades de promoção de condições que vão além da segurança pública e de estratégias repressivas. Suas premissas estão baseadas na garantia e promoção dos direitos humanos como referência à promoção da segurança construída a partir da potencialização de indivíduos e comunidades e da construção de sistemas pelo Estado que permitam a garantia dos direitos fundamentais, civis, sociais e políticos (Silva, 2011; Silva & D'Addio, 2012; Silva & Ortolano, 2015).

Segundo Sen, para existir desenvolvimento é necessário remover as principais fontes de privação de liberdade: são elas: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância dos Estados (SEN, 2001:36). Promover a segurança humana seria, em última instância, portanto, uma forma de permitir condições para o desenvolvimento do capital humano. Para o autor, o desenvolvimento não contempla apenas o crescimento econômico, mas consiste na eliminação de privações de liberdade que limitem as escolhas e as oportunidades dos indivíduos como agentes de seus próprios destinos. Desenvolvimento seria o processo de expansão das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas.

A proposta de Amartya Sen é a formação de redes compostas de atores públicos, privados e com forte participação da sociedade civil para a criação de sistemas e normas de modo a empreender atividades que integrem as diversas necessidades humanas – saúde, educação, assistência, participação política, dentre outras. O modelo de gestão proposto é horizontal em complementação às estruturas verticais e hierárquicas tradicionais.

Metodologia

Grupo focal é definido por Morgan (apud Gondim, 2001: 2) como uma técnica para coleta de dados a partir da observação da interação grupal sobre um determinado tema, a técnica mostrou-se ideal para a pesquisa de campo, por permitir colher informações dos vários grupos pesquisados e compreender as representações sociais da violência a partir da construção das percepções, atitudes e sentidos atribuídos pelo próprio grupo.

Os grupos foram compostos da seguinte maneira: Grupo 1, denominado Ativistas, integrava pessoas que atuavam ou militavam pela causa social e lidavam com situações de violência em sua prática profissional, entres eles estavam assistentes sociais, psicólogos e educadores atuando no serviço público e líderes comunitários. O Grupo 2, designado Moradores, foi composto por moradores do conjunto habitacional Cohab II; todos trabalhavam e tinham basicamente o mesmo padrão de vida e formação educacional. O Grupo 3, nomeado Jovens, consistiu em jovens estudantes e moradores da região que estavam ingressando em projeto desenvolvido por organização governamental atuante na região. E, o Grupo 4, denominado Empresários, foi formado por pequenos e médios empresários que moravam e trabalhavam na região, e que haviam ascendido socialmente.

Resultados dos Grupos Focais

Grupo Focal 1: Ativistas

A violência nesse grupo foi representada como “violência de Estado”, segundo concepção do termo citado pelo próprio grupo, aproximando-se mais da conceituação de violência estrutural, e não como a violência perpetrada diretamente pelo próprio Estado. O sentido atribuído por eles ao termo diz respeito tanto à infraestrutura quanto como a gestão dos recursos públicos. Conceberam a violência como causa e consequência da ação (ou inação) do Estado, principalmente do Poder Executivo, mas também do Judiciário. *“Quando você tem a presença do Estado, você tem escola, você tem hospitais, tudo! Você minora a violência. A violência do poder, a violência do Estado, ela causa uma violência social”* (Entrevistado 5).

O Estado, de acordo com a percepção do grupo, é o agente responsável por não garantir a promoção dos direitos humanos (direito à vida, saúde, educação, assistência e moradia). O não cumprimento do dever do Estado acarretaria, segundo tal visão, em condições para a emergência da violência. Essa concepção de violência aproxima-se do que Minayo classificou como violência estrutural:

Entende-se (violência estrutural) como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (Minayo, 1994:3).

Dentre os vários fatores referentes ao contexto social dos moradores de Itaquera apresentados pelo grupo que causam impacto no fenômeno violência estão presentes a qualidade e a falta de acesso à educação, saúde, assistência, tanto que o grupo salientou as condições habitacionais dessa população: *“O que a gente pega de criança comida de rato, adulto*

comido de rato! O fogão cheio de rato... e a criança mordida!” (Entrevistado 3). *“A questão da habitação é terrível! Não só as favelas, mas nas COHAB... fica todo mundo apertadinho, sem espaço de lazer.”* (Entrevistado 6)

A ausência de políticas públicas para a juventude, especificamente, foi considerada como omissão do Estado, assim também como a ausência de infraestrutura e equipamentos públicos em bairros na região, como escolas, unidades de saúde e meios de transporte. *“Escola de péssima qualidade, pouquíssimos equipamentos sociais para a juventude, não existe serviço de média e alta complexidade na saúde: você leva oito meses esperando um exame!”* (Entrevistado 5)

Apesar de concordarem que a maioria dos casos de violência resulta da ação do aliciamento de jovens pelo narcotráfico; seja como “aviõezinhos” do narcotráfico, como pela prostituição, o Estado foi diretamente responsabilizado. Ou seja: os fatores conjunturais, no entendimento do grupo, eram também causados pelos fatores estruturais, justificando a colocação da existência de envolvimento de agentes públicos de segurança com o crime organizado. *“Falando de violência, eu sempre culpo o Estado, porque é a realidade. O crime organizado é permitido pelo Estado.”* (Entrevistado 3). *“Você faz a denúncia de uma boca na sua rua, e amanhã o traficante tá [sic] sabendo que você denunciou. Aí eu pergunto: como é que o traficante ficou sabendo, se eu falei com o delegado?”* (Entrevistado 7).

Mingardi apresenta a “simbiose com o Estado” como uma das características do crime organizado, atestando a afirmação acima:

Muitos policiais negam que seja uma constante, porém ela é isoladamente a mais importante das cinco características do crime organizado. Em todas as organizações estudadas aparece uma ligação com a máquina do Estado. Um desmanche de carros roubados só consegue operar se tiver respaldo da fiscalização ou da polícia. Um ponto de tráfico, que atende sua clientela anos a fio no mesmo local, tem necessidade constante de algum tipo de proteção. Para confirmar essa informação, basta verificar a tranquilidade com que os apontadores de jogo do bicho operam nos maiores centros urbanos (Mingardi, 2007: 5).

A impunidade foi ressaltada por um dos membros do grupo em relação aos homicídios juvenis. A falta de investigação impede a identificação e possível captura dos autores, contribuindo para a impunidade. *“Quando a gente encontra um jovem assassinado, a gente nunca sabe quem matou. Se foi o PCC, a polícia ou o segurança do shopping. A mãe nunca vai atrás pra saber, e nem dá pra ir!”* (Entrevistado 8)

A ligação de agentes de segurança pública com o crime organizado e a falta de investigação sobre a identificação de autores de homicídios garantem as condições ideais para que a condição de impunidade se perpetue, dando garantia de proteção à corrupção e ao envolvimento policial no crime organizado, retroalimentando um ciclo perverso.

A violência institucional nas escolas foi considerada fruto do adoecimento do corpo escolar, demonstrando o alto nível de violência que perpassa as relações institucionais. *“Tem escola que parece um hospício; todo mundo grita: inspetores, alunos, professores. Então gera essa coisa da cultura do pânico, do grito, da punição.”* (Entrevistado 5)

Ressaltando ainda as questões relacionadas à violência simbólica, entendida aqui como uma forma de violência expressa principalmente por meio da linguagem, impondo e mantendo, segundo Bourdieu (2004), as relações de dominação, temos a seguinte colocação: *“Tem professor*

que grita, que pune, que não acredita nas crianças, não acredita na inteligência, no futuro.” (Entrevistado 5)

Ainda em relação à violência institucional, na via judiciária constata-se que processos e entraves burocráticos para o atendimento de vítimas de violência inviabilizam o acionamento desse serviço. *“Denunciar como, se você não tem como chegar naquele lugar? Todo mundo sabe que em favela não tem CEP!”* (Entrevistado 6).

A influência da mídia na composição de uma cultura de consumo foi apontada pelo grupo por criar necessidades artificiais que levariam o jovem, frustrado em seu desejo de consumo de bens materiais, a cometer delitos. *“É a cultura da malandragem, a pressão do modelo consumista. A cada dois minutos tem um comercial dizendo que você precisa comprar.”* (Entrevistado 3).

Em relação à juventude, o grupo apontou a carência de universidades e a inviabilidade de acesso pelos jovens a esse recurso por conta de limitações econômicas, somados à carência de opções de lazer, como fatores indutores à delinquência. *“Ele sai do ensino médio e não vai para a faculdade: não pode pagar. Aí, não consegue emprego porque não tem experiência. A juventude fica carente de participar de várias coisas: de eventos culturais que não tem na região. Muitos vão participar do crime organizado.”* (Entrevistado 1).

Sem educação apropriada, sem formas de inserção no mercado formal de trabalho e sem opções de lazer, os jovens da periferia são cooptados pelo narcotráfico, e terminam por engrossar as estatísticas de violência.¹ A carência de uma formação educacional implica também na futura condição socioeconômica desse jovem e sua família. Pesquisas apontam que em regiões onde há concentração de homicídios, constatou-se forte concentração de chefes de família com baixa renda e baixa escolaridade, altas taxas de desemprego, desigualdade na redução da mortalidade infantil e fraca presença de efetivos policiais (Cardia, 2001:17). As taxas mais altas de crimes contra a vida concentram-se nos bairros mais pobres das grandes cidades, com incidência maior sobre jovens e crianças do sexo masculino e negros (Waiselfiz, 2011).

Grupo Focal 2: Moradores

O grupo parecia vivenciar a violência cotidianamente. Embora houvesse a crítica, havia um tom de naturalização do fenômeno. Isso pode explicar a dificuldade em identificar as violências sofridas. Pareceu-nos que o grupo não tinha ainda consciência de que várias das situações que vivenciavam eram formas de violência. Não conseguiam nominar os fatos, mas angustiavam-se ao narrar as próprias histórias. Os relatos eram de narrativas pessoais, sem detalhes, mas de grande carga afetiva e emocional. O grupo apresentava a violência como um elemento vivo, presente nas relações: ouvida e sentida todos os dias, como parte da vida diária que carece de algum distanciamento para conseguir suportá-la. *“Já sofri tanta violência... não consigo nem pensar, me dói [sic] a cabeça!”* (Entrevistado 2).

¹ O Atlas da Violência 2018 (IPEA, 2018) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que homens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas da violência no país. Os negros correspondem à maioria (78,9%) das potenciais vítimas de homicídios.

Apesar de parecer serem os mais afetados pelas múltiplas situações de violência, não identificaram as causas estruturais do fenômeno. Sendo assim, sempre culpabilizavam a família; voltando-se para o mundo privado. Os problemas sociais e comuns a todos eram tomados como individuais. A responsabilização da família e a forte influência de valores cristãos denunciava a condição de isolamento e abandono social a que o grupo está sujeito. Os únicos recursos a serem utilizados diante de situações de violência eram os próprios. Sequer cogitavam utilizar algum serviço ou apoio de instituições do poder público. Ao responder sobre como lidavam com a questão da violência, responderam: *“Falar com essas pessoas que você conhece”*, *“Se eu puder dar um conselho”* (Entrevistada 2); *“Eu tentei ajudar uma porção de gente, mas as pessoas não querem”* (Entrevistado 5); *“Temor a Deus – tudo começa no lar”* (Entrevistada 1).

Paulo Endo pontua sobre essa experimentação cotidiana da violência:

Viver sob essa experiência cotidiana, repetidamente, impõe, mais a uns que a outros, o que chamamos de convivência com o traumático, experiência que se procura evitar a todo custo, ao mesmo tempo em que se faz perdurar. Nesse custo estão incluídos o isolamento, o apoio à ação policial dura e à permissividade ao desrespeito dos direitos civis. (Endo, 2003:137).

Alguns dos valores cristãos, tal como “ser solidário”, “ser fraterno”, embora possam aludir a uma ação grupal, remetem a um compromisso moral individual e pessoal; o que condiz com a percepção do grupo de que a violência é um problema individualizado e que só pode ser resolvido desta maneira. Contraditoriamente, a instituição familiar em si pode, ao invés de proteger seus membros, servir de abrigo à violência. Afinal, à família relega-se o direito de controle pela violência física de crianças e das mulheres, respaldado na instituição do patriarcalismo, o que é tolerado e mesmo defendido por alguns segmentos da sociedade.

Todos os participantes do grupo observavam a forte presença e influência do narcotráfico dentro do próprio condomínio. Sabiam quem eram os jovens que passavam a droga em cada um dos prédios e onde se localizavam os pontos de venda. A possibilidade de efetuar denúncias não foi mencionada pelo grupo. Podemos supor que por temor de represália pelos próprios membros do narcotráfico, ou pela suspeita de envolvimento de policiais na questão. Enfrentam tal situação com algum nível de desconforto, porém de forma passiva.

O sentimento de impotência para lidar com as situações de violência também tem base na ausência real de estruturas de apoio (abrigo e demais instituições da rede de proteção) e na validação dos instrumentos legais; a Lei Maria da Penha, por exemplo.

As condições socioculturais de opressão de um grupo desfavorecido economicamente, trabalhando em funções modestas e vivenciando diretamente a violência nas relações impostas pela hierarquia social, provavelmente, contribui para que o grupo seja menos sensível e reativo às expressões da violência e tenda a naturalizá-las. É necessário ainda considerar os danos intersubjetivos que dificultam a reação do(s) vitimizado(s), tais como baixa autoestima, sentimento de desvalia, vergonha social e demais consequências psicológicas.

Os padrões impostos pelo consumismo também foram denunciados pelo grupo como fatores que levariam os jovens a delinquir. Associado ao consumismo, os participantes trouxeram a questão do poder representado pelos símbolos de ascensão material na sociedade: o tênis, a moto, o carro – todos eles objetos de uso privado e individual, e que representam *status* e poder. De maneira geral, o sentimento do grupo é de impotência e imobilidade diante das situações de violência.

Grupo Focal 3: Jovens

O Grupo Focal 3, composto por jovens estudantes de escolas públicas, que usam as ruas como espaço de lazer, os transportes coletivos como meio de transporte e tem na escola seu principal espaço de socialização, relatou situações de um universo repleto de violências, denotando uma condição de alta vulnerabilidade social. Essa percepção é confirmada pelas estatísticas, que indicam a maior incidência de homicídios entre jovens, principalmente do sexo masculino e negros (Waiselfisz, 2011; IPEA, 2018).

Um dos jovens referiu-se à violência como uma forma de expressão. A mensagem seria o poder expresso pela força física, e o instrumento: a violência. Sposito (1994:17) ao refletir sobre a violência nas instituições escolares, nos apresenta a seguinte definição: “A violência é todo ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso da força”. Segundo a autora, estaria assim negada a possibilidade de relação social instalada pela comunicação, pelo uso da palavra, do diálogo, com o uso da violência. Mas então o que estariam expressando os jovens por meio da violência? De acordo com os relatos dos participantes deste grupo focal, as brigas “*é o que mais tem*” (Entrevistada 8). Somam-se aos conflitos entre os próprios jovens, as disputas de namorados(as) e outras fontes de discórdia, a depredação da estrutura escolar e a agressão aos professores e demais profissionais da instituição. Os jovens participantes apontam como causa da violência a expressão do poder: “*Um querendo ser mais que o outro*” (Entrevistado 4); “*Os cara se acham*” (Entrevistado 7).

Sposito (1994) interpreta a violência na escola como uma recusa aos valores do mundo adulto e a descrença dos jovens na educação como forma de ascensão pessoal. As condutas agressivas se mostraram episódios tão rotineiros que não causavam estranheza aos jovens. Ao contrário: passavam a ser consideradas como parte da regra do jogo no convívio escolar. Zaluar (1994) apresenta o sentimento de adesão ao grupo como um elemento facilitador da violência. A resposta de praticamente todos os participantes do grupo (exceto o membro mais velho – de 26 anos) diante de situações de violência era de reações individualistas, como estratégias de defesa.

Os jovens não trouxeram no grupo situações de violência simbólica – entendida aqui como formas mais sutis de dominação por parte do corpo escolar. Talvez porque em contraste com as formas explícitas de violência física, não lhes pareça uma forma de violência, e sim apenas o modo “habitual” da dinâmica escolar. É preciso indicar que a intolerância com o desigual se fez perceber em vários momentos da dinâmica, trazendo à tona os preconceitos contra grupos de diferentes (como os “*emos*” ou os homoafetivos), e até mesmo entre eles, como observado durante a conversação em que uma jovem negra denuncia o racismo sofrido e se posiciona no tema: “*Todo mundo nasceu pelado. É todo mundo igual.*” (Entrevistada 4). Contrapondo a isto, um jovem branco reafirmou a existência de diferenças: “*Dizer que é igual, igual, não é não. Cada um tem seu jeito.*” (Entrevistado 6).

A insegurança típica da adolescência exacerba o comportamento de resistência ao diferente, na busca da própria identidade. Diante disso, embora busquem diferenciar-se nesse momento de desenvolvimento psíquico, encontram conforto e proteção no grupo de pessoas que lhe pareçam semelhantes aos seus gostos. A presença de grupos diferenciados, as tribos urbanas – “*emos*”, “*punks*”, “*funkeiros*”, denotam para Abramo (1994) fenômenos culturais típicos das sociedades pós-modernas e a passagem de uma lógica da identidade para a lógica da identificação. Para a autora, a criação de tribos juvenis diante de um contexto social com o qual a

juventude não está identificada desenvolve relações próprias, e imprime um conteúdo para uma transição fora das referências institucionais.

O mundo de imagens produzido pelo consumo de produtos de marca foi denunciado pelo grupo como uma demonstração de arrogância, sugerindo que à medida que os símbolos de ascensão social são incorporados, cresce a geração de violência pelos novos “poderosos”. “*Só porque tem um tênis de marca no pé, o cara se acha!*” (Entrevistado 8). A mídia foi um dos fatores identificados pelos jovens como incentivador da aprendizagem do comportamento violento. Além dela, foram levantados outros elementos que incitam tais atitudes: a própria família, a escola, a rua, a televisão, os jogos eletrônicos e o *funk*, sendo colocados como espaços de aprendizagem da violência.

O grupo citou o *funk* como incentivador de situações de violência pela temática das músicas e pelo comportamento agressivo dos *funkeiros*. A violência, utilizada como elemento de atração para os jovens pela indústria cultural, contribui para formar no imaginário dos indivíduos uma identificação por práticas, costumes e valores desse tipo. Essa imagem colabora para ocultar desigualdades sociais, econômicas e culturais. A desigualdade social provoca uma pressão para o consumo de símbolos de poder social. Para Bourdieu (1992), as classes dominantes, a elite, detém os capitais econômico², cultural³, simbólico⁴ e social⁵, que são instrumentos de acumulação e fatores distintivos entre as classes.

A escola pública seria, supostamente, um espaço de geração de igualdade de oportunidades, garantida pelo acesso à educação e que supriria a falta dos capitais acima referidos. Porém, a violência simbólica se expressa na conversão de um saber considerado legítimo pelas classes dominantes e imposto a todos. Ainda segundo Bourdieu, o sistema escolar destina-se à reprodução e conservação da cultura considerada legítima. Ou seja, a instituição “escola” teria a função de garantir a harmonia dos espaços sociais a serem ocupados. Durante a escuta do grupo, identificamos a necessidade de criação de espaços escolares públicos que permitam a convivência dos diferentes, dos excluídos, com respeito. De modo que possam aprender a resolver seus conflitos por meio da aquisição de novas formas de expressão que não seja a violência e que propiciem a diminuição das desigualdades. Foram abundantes os relatos no grupo de violência policial contra jovens, e, sobretudo contra rapazes negros. O preconceito contra os negros parece ser uma realidade dentro das academias de polícia, respondendo a uma visão estereotipada de criminalidade associada à negritude e à pobreza.

Luiz Gonzaga Dantas, que foi ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, em entrevista à revista *Carta Capital* sobre a atuação policial em casos de discriminação racial dentro das academias de polícia, relatou o seguinte: “Infelizmente, muitos policiais ainda se portam como

² Bens materiais e patrimônio financeiro.

³ Pode ser apresentado em três modalidades: objetivado (propriedade de objetos culturais valorizados, tais como livros e obras de arte); incorporado (cultura legítima internalizada pelo indivíduo, por exemplo: habilidades linguísticas, postura corporal, crenças, conhecimentos, preferências, hábitos e comportamentos relacionados à cultura dominante, sendo adquiridos e assumidos pelo sujeito); e institucionalizado (como posse de certificados escolares e formação cultural).

⁴ Diz respeito ao prestígio ou à boa reputação que um indivíduo possui em um campo específico ou na sociedade em geral. Esse conceito se refere, em outras palavras, ao modo como um indivíduo é percebido pelos outros.

⁵ É o conjunto das relações sociais (amizades, laços de parentesco, contatos profissionais, etc.) mantidas por um indivíduo.

verdadeiros capitães do mato dos tempos da escravidão. O negro, pobre e marginalizado, é sempre visto como suspeito e rotineiramente é vítima de abordagens truculentas”. E a respeito do levantamento do número de mortes em 2010 por policiais na cidade de São Paulo informou que: “Não concluímos o levantamento, mas posso garantir que a grande maioria tem o mesmo perfil: homem, jovem, negro e pobre” (Apud. Menezes, 2010:10).

Grupo Focal 4: Empresários

Uma característica forte na composição do Grupo Focal 4 foi ter sido formado em sua maioria por pessoas que concretizaram o sonho da ascensão social. “Venceram na vida” por seu próprio esforço e construíram um patrimônio no local onde cresceram. Esses projetos se materializaram principalmente na casa – o espaço privado. Da Matta refere-se à casa como um espaço de definição social e identitário: “na casa sou uma pessoa, uma entidade moral e não um número ou uma carteira de identidade” (1982: 28).

O grupo foi composto por pessoas que se conheciam e nutriam entre si uma admiração mútua, pelo esforço empreendido nas conquistas patrimoniais. A representação da violência para esse grupo foi marcada por considerações e pontuações referentes ao espaço público a partir do ponto de vista do espaço privado: das suas casas, das suas famílias e dos seus valores, notadamente conservadores. “*A falta de um planejamento do próprio governo em relação à programação familiar, à falência das igrejas, à falta de religiosidade, vai fazendo com que as pessoas virem animais abandonados.*” (Entrevistado 4).

Observamos a tendência da expressão de valores normativos (Gouveia, 2003): direitos e deveres, normas e regras, propostos como sugestões para a organização do espaço comunitário em que se viam inseridos. Ao mesmo tempo em que revelavam um sentimento de pertencimento à região, essas pessoas se sentiam inseguras em virtude de suas conquistas materiais ao ocuparem o mesmo espaço: “*Você trabalha para construir um patrimônio, e quando chega em casa não pode usufruir dele*” (Entrevistado 6). A violência foi vista como um elemento externo a casa, externo a eles mesmos. Os que estavam fora não foram identificados como pessoas pertencentes ao mesmo grupo, embora vivessem na mesma comunidade. A violência, portanto, foi colocada “no outro”. “*Muitas vezes você sabe quem é que faz a violência, mas não pode fazer nada porque sabe que vai gerar mais violência ainda para sua família*” (Entrevistado 3). A violência dos “de fora da casa”, dos excluídos dos bens materiais e dos que “têm inveja” deles foi interpretada pelo grupo como uma desforra social. Assim, a violência estaria sendo utilizada como um modo de diferenciação entre os excluídos e incluídos da casa, do domínio do privado, dos que conseguiram adquirir um patrimônio, diferenciando os que ascenderam socialmente. “*Acho que uma das causas da violência é a inveja*” [dos bens patrimoniais] (Entrevistado 5).

Quanto à juventude, ela foi percebida pelo grupo como desrespeitosa, sem valores, sem limites, violenta e perigosa.

O grupo apresentou dois fatores centrais como geradores do fenômeno da violência: (1) a crise de valores morais provocada pela ruptura do modelo nuclear de família; (2) a omissão e/ou insuficiência do Estado na promoção de políticas públicas e corrupção dos agentes públicos de segurança.

As expressões “casa de família”, “moça de família” denotam o caráter quase sagrado de que a instituição se reveste, como um espaço de valores considerados socialmente superiores.

Percebemos existir no imaginário do grupo uma alta expectativa em relação à família nuclear como instituição protetora e formadora de valores para evitar ou coibir a violência na comunidade. Todavia, há de se lembrar que a família em si pode também ser agressiva e um espaço de aprendizagem da violência. Carrión (1995:7) menciona a legitimação de uma forma de socialização originada na intimidade familiar que, por meio dos “métodos de educação infantil”, reproduzem condutas violentas aprendidas em família. As famílias das classes populares, como aponta Mello (1999) acabam sendo responsabilizadas por perpetrar o uso da violência.

Por fim, como já citado, a corrupção dos agentes públicos foi citada pelos membros do grupo como parte do problema, tanto que confirmaram ter uma profunda desconfiança das polícias civil e militar. Apenas um dos participantes buscou ajuda para aumentar o policiamento na área; os demais tinham medo e desconfiança desses agentes de segurança. Em um dos casos relatados, um participante contou que chegou a ser sequestrado por policiais, com armas de uso exclusivo da polícia.

Considerações Finais

As representações sociais de violência e tipos de violência dos segmentos pesquisados – ativistas, moradores, jovens e empresários –, apresentam diferenças e semelhanças entre si. As semelhanças se devem principalmente à história social comum – somos herdeiros do patriarcalismo português e de um padrão de relacionamento social baseado na dominação e submissão, utilizando como instrumento vários tipos de violência.

Trazemos ainda na nossa herança sócio-histórica, os registros da escravidão, das relações de extrema coação e da subjugação do índio e do negro que se estendeu ao imigrante pobre, e, sobretudo, aos negros pobres. O que concluímos é que a desigualdade social estava no nascedouro do país e, com outra roupagem, continua ainda muito presente, alimentando e justificando a brutalização das relações sociais.

Ressalta-se aqui o importante papel da mídia na atualidade como formadora de opinião, pautada normalmente em imagens reprodutoras de valores que expressam o interesse das forças dominantes do país, exercendo uma violência simbólica a serviço da manutenção da estrutura social desigual. Além disso, os meios de comunicação propiciam uma falsa catarse de nossas maldades e vilezas, projetando no algoz ou na vítima nossa própria violência. Confortavelmente instalada fora de nós mesmos, não nos implicamos nos processos internos ou coletivos que nos possibilitariam uma reflexão sobre o fenômeno. Como nos ensina Chauí (2006), a imagem do mal e da vítima despertam nossa indignação e compaixão, aplacando nossa consciência culpada, para que possamos nos considerar sujeitos éticos.

Todos os grupos, com exceção do grupo mais privilegiado economicamente, o grupo de empresários, demonstraram um grau baixo ou moderado de eficácia política. O grupo de moradores não percebeu meios de participação política, de exercer o controle social e de lutar por direitos políticos garantidos pela Constituição de 1988, desconhecendo que esta contempla a atuação da comunidade por meio de conselhos para demandar seus direitos sociais, além de trazer a possibilidade de instituir ações civis públicas e de obter representações junto ao

Ministério Público, para citar alguns exemplos de alternativas do exercício desses direitos instituídos legalmente. Para o grupo de jovens, o governo ou o Estado inexistem, embora usufruam dos serviços da escola pública e vivenciem cotidianamente a repressão policial. A falta de interesse na participação política dos jovens é um tema merecedor de aprofundamento, pois implica a ausência de quadros futuros interessados no bem coletivo, deixando-os sujeitos aos valores individualistas apresentados pela cultura midiática. De acordo com Abramo (1997), o desinteresse dos jovens pela política e questões sociais foi identificado como resultante da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os, quase que inevitavelmente, apolíticos. Podemos também supor que os frequentes noticiários sobre corrupção governamental que influenciam a todos, inclusive os jovens, faz com que componham uma imagem negativa de questões ligadas ao Estado e ao governo, ocasionando desinteresse por questões políticas. Basta lembrar que própria palavra “política” é frequentemente associada à política partidária e corrupção pelo senso comum. O grupo de ativistas, embora bastante críticos, demonstrou um sentimento de impotência diante das questões de violência.

Van Dijk (2008), ao analisar a relação existente entre discurso e poder, apresenta a ideia de que terminamos por normatizar as desigualdades e as diferenças de poder político: achando “normal” as diferenças de poder entre professores e alunos, profissionais e seus clientes, peritos e leigos, policial e cidadão, adulto e criança, instalando assim o uso ilegítimo do poder exercido por meio das várias formas de violência. A naturalização da violência é comum entre os jovens e as escolas demonstram despreparo para lidar com o fenômeno. A violência simbólica, exercida pela própria instituição, reforça a própria cultura de violência, ao invés de promover alternativas a ela.

A banalização da violência foi expressa pelos jovens e identificada pelos ativistas e empresários. Novamente o papel da mídia tem grande influência, segundo Chauí (2006: 10), a imagem televisiva é capaz de propor e provocar atos sem mediação, reflexão, crítica ou diálogo. A constante exposição ao fenômeno dessensibiliza e banaliza violência, até mesmo como forma de defesa psíquica.

A violência policial foi denunciada pelo grupo de jovens. Afinal, os jovens de bairros pobres e periféricos, pela sua condição de vulnerabilidade, são os mais sujeitos aos abusos de autoridade cometidos por quem deveria protegê-los. A violência policial se torna justificada, como se fosse uma condição natural do exercício da função.

A corrupção dos agentes públicos de segurança foi relatada pelos empresários, em tentativas de extorsão e ameaças de morte; o grupo de ativistas denunciou a participação dos agentes na ação do narcotráfico e o grupo de moradores citou a morosidade do atendimento policial nas delegacias. Percebemos que a visão da polícia é extremamente negativa; quer seja por falta de confiança, por medo de represália ou por não acreditar na eficiência da instituição.

O crime organizado tem sido chamado de “poder paralelo”, tamanha é sua força e influência atualmente. A questão mais sensível é a participação de agentes de segurança do Estado nessas organizações, situação que foi denunciada pelo grupo de ativistas, e seus reflexos são sentidos pelos jovens. A corrupção dos agentes estatais responsáveis por garantir ao cidadão sua segurança faz com que as polícias sejam vistas como ameaçadoras à população, como foi constatado nos relatos apresentados, fazendo com que cada um, a sua maneira, tente encontrar formas de se defender, sem cobrar do Estado seu papel de proteção à vida – direito fundamental garantido constitucionalmente, mas descumprido cotidianamente e com a aquiescência de todos (entes federados, instituições públicas e sociedade civil).

O grupo de ativistas apontou a necessidade de efetivação das políticas sociais para que o Estado cumpra sua função protetiva, fornecendo benefícios sociais e buscando diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelas relações socioeconômicas existentes, e que compõem as bases das diversas formas de violência.

Diante disso, concebemos a violência como um fenômeno social e histórico, como a representaram o grupo de ativistas e de jovens – sendo também a posição da maioria dos pesquisadores, como Minayo (1994) – e não um fenômeno inerente à natureza humana e condicionamentos biogenéticos. Por isso, se faz necessário em estudos sobre a violência analisar os vários fatores incidentes e sua criação subjetiva e simbólica. Trata-se de um desafio para a sociedade: a violência é sintoma e é expressão de patologias sociais, mas também é instrumento de transformações da própria estrutura social. Um fenômeno que precisa ser estudado, compreendido, e não apenas combatido. Ela revela, dentre outros aspectos, os sentimentos, valores, as percepções, a história social de uma comunidade. Ou seja, o núcleo estruturante de uma sociedade e suas tensões.

Sendo assim, medidas repressivas apenas não bastam. É preciso investir socialmente buscando diminuir as desigualdades, e conseqüentemente propiciar relações mais justas e equânimes entre os indivíduos. Os conflitos estarão sempre presentes, mas é necessário um desenvolvimento de formas de resolução não violentas.

Pesquisas apontam que a combinação de múltiplos aspectos de carência socioeconômica, tais como: elevada concentração de população muito pobre (Itaquera⁶ abriga alguns dos bolsões de pobreza do município), alta concentração de população jovem, ausência de idosos – o que significa a não supervisão de crianças e adolescentes por parte de adultos –, falta de empregos, baixo grau de escolaridade dos chefes de domicílio e ausência de políticas públicas (para dirimir o impacto da condição de pobreza), denotam a falta de investimentos em habitação, infraestrutura, saúde e educação para essa parcela da população (CARDIA, 2001). A carência dessas condições macroestruturais foi apontada tanto pelo grupo de ativistas, como pelo grupo de empresários, como causadores da violência.

Observamos assim que o grupo mais desfavorecido economicamente é o que menos cobra seus direitos sociais – o grupo de moradores da COHAB. Um profundo sentimento de resignação à própria condição desvalida não lhes possibilita conhecer e buscar direitos, a não ser o direito divino. Não são poucas as estratégias de desmobilização política a que está sujeito esse estrato social. É necessário educar para a cidadania, para que consigam aumentar sua eficácia política, ao aprender sobre seus direitos.

Para reverter isso, Amartya Sen (2010) propõe o fortalecimento da capacidade política de indivíduos e da comunidade para demandar aos governos e Estados a criação e o cumprimento de suas funções públicas básicas, que apenas o Estado é capaz de suprir. A consolidação do controle social e dos conselhos de direitos são possibilidades de participação

⁶ Itaquera recebeu um investimento de 600 milhões de reais em obras viárias para melhorar o trânsito na região, o que de fato aconteceu. Os imóveis sofreram uma grande valorização e muitos moradores venderam suas propriedades e se deslocaram para regiões mais distantes do centro e com menor infraestrutura. Comunidades inteiras foram desapropriadas e deslocadas sem qualquer indenização. Tanto que Farias (2018) alega “O maior evento de futebol do mundo pôs em evidência a região mais populosa da cidade, mas não trouxe o desenvolvimento esperado”.

popular ainda pouco ou nada utilizadas pela base popular da comunidade, como pudemos observar. Os conselhos de segurança, por exemplo, são majoritariamente compostos por empresários e comerciários, que têm interesses e valores distintos dos estratos mais populares. Os conselhos de escola são refratários à participação da comunidade, e os conselhos de saúde dividem-se em deliberativos e consultivos, sendo que à comunidade apenas cabe a participação consultiva.

Observamos por meio dos relatos, a redução das políticas sociais por parte do Estado a partir dos anos 1990, com a privatização dos espaços e funções públicas. A terceirização de serviços não atende às demandas da população e deveria ter um papel complementar à ação estatal, como preconiza o Serviço Único de Saúde (SUS). A concepção de um “Estado mínimo”, oferecendo uma estrutura social básica, transferindo parte de suas funções para particulares, penaliza duramente os que dependem dos serviços públicos, principalmente para o atendimento nas áreas da saúde e assistência social. O grupo de ativistas e o grupo de empresários apontaram essa problemática.

Sen (2010) nos convida a investir na liberdade como condição de desenvolvimento e, principalmente, na ação das comunidades pela participação em conselhos. Acreditamos que somente o Estado é capaz de investir amplamente nas diversas áreas para promover o desenvolvimento social e econômico. Afinal, o Brasil não é um país pobre, mas sua distribuição de renda se faz de forma desigual e injusta. A desigualdade social é visível em Itaquera, em São Paulo e no Brasil como um todo, infelizmente.

Portanto, diante de uma aparente contradição de orientações, nos compete o desafio de encontrar formas de enfrentamento à violência que promovam a construção social da cidadania, do diálogo, da tolerância, da mediação de conflitos e interesses em busca da promoção da dignidade humana.

Referências Bibliográficas

Abramo, Helena W. (1994). *Cenas Juvenis – punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta.

Abramo, Helena. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Número especial: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo: ANPED, 5(6), 25-36. Acesso em 13/05/2015, de: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_05_HELENA_WENDEL_ABRAMO.pdf

Adorno, Sérgio. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, 8, 84-135. Acesso em 03/05/2011, de: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000200005&script=sci_abstract&tlng=pt

- Bourdieu, Pierre. (2004). *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. Em *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Cardia, Nancy. (2011). *Raça, Vitimização e Direitos Humanos*. Núcleo de Estudos da Violência. Universidade de São Paulo. Acesso em 03/05/2011, de: www.nevusp.org/downloads/down065.pdf
- Carrion, Fernando. (1995). *De la violencia urbana a la convivencia ciudadana*. Quito: CAAP. Acesso em 03/05/2011, de: www.nuso.org/upload/anexos/foro_319.pdf
- chauí, Marilena. (2006). *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez.
- Chauí, Marilena. (2006). *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Da Matta, Roberto. (1982). *As Raízes da Violência no Brasil*. In: PAOLI, Maria Célia et al. *A Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- Endo, Paulo. (2005). *A violência no Coração da Cidade*. São Paulo: Escuta.
- Farias, Adriana. (2018, 25 de maio). *Após Copa, Itaquera tem áreas abandonadas e obras inacabadas*. *Veja SP*, São Paulo. Acessado em 12/05/2018, de: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/itaquera-problemas-zona-leste/>
- Gouveia, Valdiney V. (2003). *A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia*. *Estudos de Psicologia*, 8(3):431-443. Acessado em 10/01/2016, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2003000300010&script=sci_abstract&tlng=es
- Guareschi, Pedrinho. (2009). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Gondim, Sônia M. G. (2003). *Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa*. *Paidéia*, 12(24), pg. 149 - 161. Acessado em 10/01/2016, de: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04>.
- IPEA. *Atlas da Violência 2018*. Acesso em 03/05/2015, de: www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432
- Jovchelovitch, Sandra. (2007). *Os contextos do saber*. Petrópolis: Vozes.
- Mello, Sylvia Leser. (1999). *A violência urbana e a exclusão dos jovens*. Petrópolis: Vozes.
- Menezes, Cynara. (2010). *Quem vigia os vigias*. *Carta Capital*
- Minayo, Maria Cecília de S. (1994). *A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública*. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10(1), 7-18. Acessado em 10/01/2016, de: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>
- Minayo, Maria Cecília de S. (1999). *É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública*. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4(1). Acessado em 10/01/2016, de: www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7127.pdf
- Mingardi, Guaracy. (2007). *O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado*. *Estudos Avançados*, São Paulo, 21(61), 51-69. Acessado em 10/01/2016, de: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300004&lng=en&nrm=iso
- Moscovici, Serge. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. Zahar: São Paulo.
- Sandoval, Salvador. (1994). *Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil*. In: Spink, Mary Jane (org.). *A Cidadania em Construção*. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, Milton. (2009). *Pobreza Urbana*. São Paulo: Edusp.
- Sen, Amartya. (2010). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Silva, Alessandro S. da., & D'Addio, Thomaz. F. (2012). Homofobia, violência e direitos humanos. Em *Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades -EACH/USP. Recuperado em 18 de setembro de 2017, de: http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf
- Silva, Alessandro S. (2011). Políticas públicas, educação para os direitos humanos e diversidade sexual. *Trivium -Estudos Interdisciplinares*,3(2), 58-72. Recuperado em 29 de agosto de 2017, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200007&lng=pt&tlng=pt
- Silva, Alessandro Soares da., & Ortolano, Fábio. (2015). Narrativas psicopolíticas da homofobia. *Trivium -Estudos Interdisciplinares*,7(1), 01-18. Recuperado em 09 de outubro de 2017, de: <https://dx.doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p1>
- Sposito, Marília Pontes. (1994). *A Instituição Escolar e a Violência*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Acessado em 10/01/2011, de: www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf/at_download/file
- The Nobel Foundation. (1998). *Amartya Sen: the Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel 1998*. Acessado em 25/02/2011, de: <https://www.nobelprize.org/prizes/economics/1998/summary/>
- Van Dijk, Teun A. (2008). *Discurso e Poder*. Contexto: São Paulo.
- Waiselfisz, Jacobo (Org.). (2010). *Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangui, 2011. Acessado em 25/02/2011, de: www.institutosangari.org.br/mapadaviolenca/sumarioExecutivo_mapaViolencia2010.pdf
- Zaluar, Alba. (1994). *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan - UFRJ.

Recebido em 26/02/2018
Revisado em 12/04/2018



Aceito 30/06/2018